ISSN: 2358-8829

Indígenas do passado e do presente: estereótipos presentes na visão de alunos do ensino fundamental

Eliane de Campos Viegas [1]
Ana Paula Bezerril Celestino[2]

INTRODUÇÃO

Durante uma aula de História, em uma tarde comum, surgiram questionamentos dos alunos sobre o ser indígena na atualidade. A conversa teve início quando alguns estudantes relataram que iriam conhecer a Baía da Traição-PB, território historicamente habitado pelo povo Potiguara. No entanto, afirmaram que não viam os "índios" no local, pois, segundo eles, as pessoas que encontravam não poderiam ser consideradas indígenas, uma vez que possuíam casas de alvenaria, utilizavam carros, celulares e outros elementos presentes na sociedade contemporânea.

A partir dessas falas, percebemos a presença de uma visão estereotipada sobre os povos indígenas, construída, em grande parte, pelas representações reproduzidas nos livros didáticos, na televisão e em outros meios de comunicação. Muitos estudantes ainda associavam a identidade indígena a imagens do passado, como pessoas vivendo exclusivamente em ocas, utilizando pinturas corporais e mantendo costumes que imaginavam não ter sofrido transformações ao longo do tempo. Essa percepção desconsiderava a diversidade dos povos originários e as diferentes formas de viver e expressar suas identidades na sociedade atual.

É importante compreender que o Brasil possui uma grande diversidade de povos indígenas, cada um com sua própria história, cultura, língua, costumes e formas de organização. As mudanças nos modos de vida, o acesso à tecnologia e a incorporação de elementos da sociedade contemporânea não fazem com que esses povos percam suas identidades, suas raízes e seu pertencimento étnico.

[1] Mestranda em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação ProfHistória da Universidade Federal da Paraíba, e Professora de Educação Básica no Município de Itapororoca-PB. E-mail: eliane27viegas@gmail.com;
[2]Graduado pelo Curso de Letras e Pedagogia da Universidade Federal – UFPB, anapaulabezerril@gmail.com;

ISSN: 2358-8829

Nesse contexto, destaca-se a Lei Federal nº 11.645/2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados. Essa legislação representa uma importante conquista para a educação brasileira, pois contribui para o reconhecimento da diversidade cultural do país e para o enfrentamento de preconceitos e estereótipos historicamente construídos.

Daniel Munduruku, no texto “Tempo, tempo, tempo”, questiona as imagens fixas que a sociedade construiu sobre os povos indígenas. O autor chama a atenção para o fato de que muitas pessoas reconhecem os indígenas a partir de uma imagem previamente estabelecida, que não contempla a diversidade de suas experiências. Sua reflexão contribui para questionar a expectativa de que os povos originários mantenham modos de vida imutáveis e estejam situados apenas no passado (MUNDURUKU, 2018).

Diante desse contexto, desenvolvemos um projeto com as turmas do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental II, na Escola Júlia Valdelina da Conceição, localizada em Itapororoca-PB. A proposta teve como objetivo apresentar diferentes formas de ser indígena na contemporaneidade, problematizando estereótipos e valorizando a diversidade cultural dos povos originários. Para isso, foram realizadas atividades de reflexão em sala de aula, visitas a comunidades indígenas, diálogo com representantes Potiguara e apresentações produzidas pelos estudantes.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O trabalho foi desenvolvido por meio de uma experiência pedagógica nas aulas de História, envolvendo estudantes do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental II da Escola Júlia Valdelina da Conceição, em Itapororoca-PB. A proposta partiu de uma situação observada em sala de aula: os questionamentos dos estudantes sobre a identidade indígena na atualidade e a dificuldade de reconhecer como indígenas pessoas que utilizam tecnologias, moram em casas de alvenaria ou incorporam elementos presentes na sociedade contemporânea.

Inicialmente, foram promovidas conversas e reflexões em sala de aula, buscando compreender as ideias que os estudantes já possuíam sobre os povos indígenas. Em seguida, foram discutidas a diversidade dos povos originários e a permanência de suas

identidades, culturas e formas de organização ao longo do tempo. O texto “Tempo, tempo, tempo”, de Daniel Munduruku, foi utilizado como referência para problematizar representações estereotipadas e valorizar a perspectiva de um autor indígena.

A aula de campo teve início na Aldeia Jacaré de César, no município de Marcação-PB. Nesse espaço, os estudantes conheceram aspectos da comunidade, conversaram com o cacique e tiveram a oportunidade de vivenciar o Toré, manifestação cultural e religiosa de grande importância para os povos indígenas da região. Também visitaram um rio localizado na aldeia.

Na sequência, o grupo visitou a Aldeia do Forte e a Aldeia Alto do Tambá, no município de Baía da Traição-PB. Na Aldeia Alto do Tambá, os estudantes conversaram com o Pajé Antônio, que compartilhou experiências relacionadas à religiosidade e à sua importância para a comunidade. Durante a visita, os alunos também conheceram a existência de aulas voltadas ao ensino da língua originária, aspecto que despertou interesse e encantamento entre eles.

Como etapa de encerramento, os estudantes organizaram e apresentaram trabalhos na escola, compartilhando suas aprendizagens e a nova compreensão construída sobre os povos indígenas. A experiência articulou diálogo, observação, escuta e produção estudantil.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão proposta parte da compreensão de que os povos indígenas não pertencem somente ao passado. Embora a história do Brasil seja marcada pela colonização, pela violência e por tentativas de apagamento de suas culturas, os povos originários continuam presentes, organizados e atuantes na sociedade contemporânea. Reconhecer essa presença exige superar imagens que apresentam todos os indígenas como se compartilhassem uma única cultura ou um único modo de vida.

Nesse sentido, Gersem dos Santos Luciano, indígena do povo Baniwa, em sua obra O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje (2006), apresenta reflexões importantes sobre a identidade indígena e a maneira como esses povos são vistos pela sociedade brasileira. O autor contribui para compreender a importância de considerar os povos indígenas a partir de suas próprias experiências,

histórias e formas de se reconhecerem. Essa reflexão é importante para superar ideias construídas por pessoas que, muitas vezes, não conhecem a realidade dessas comunidades.

Também é necessário compreender que a identidade indígena não está relacionada à permanência de costumes considerados imutáveis. Os povos indígenas possuem diferentes histórias, línguas, culturas e formas de organização. Dessa maneira, utilizar tecnologias, frequentar escolas, trabalhar em diferentes profissões ou morar em casas de alvenaria não significa deixar de ser indígena. Essa compreensão permite questionar os estereótipos presentes na sociedade e reconhecer a diversidade dos povos originários na atualidade.

Essa discussão também está presente no texto Tempo, tempo, tempo, de Daniel Munduruku (2018). O autor reflete sobre a forma como a sociedade não indígena constrói imagens a respeito dos povos originários. Ao apresentar sua própria experiência, Munduruku questiona a maneira como as pessoas identificam os indígenas a partir de características e imagens previamente estabelecidas. Sua reflexão demonstra como essas representações podem dificultar o reconhecimento das diferentes identidades indígenas.

Outro aspecto importante abordado por Munduruku é a associação dos povos indígenas a um tempo passado. O autor questiona essa visão ao lembrar que os povos indígenas também são sujeitos do presente e contemporâneos da sociedade em que vivem (MUNDURUKU, 2018). Essa reflexão reforça que os povos originários têm direito de viver o presente, participar da sociedade e usufruir das transformações do mundo atual, sem que isso represente a perda de suas identidades e de suas raízes culturais.

Pensando também no ensino de História, Edson Silva (2013) apresenta discussões importantes sobre as possibilidades e os desafios de trabalhar a temática indígena nas escolas, considerando a Lei nº 11.645/2008. O autor contribui para a reflexão sobre a necessidade de superar abordagens que apresentam os indígenas de maneira estereotipada, valorizando sua diversidade e reconhecendo sua participação na história do Brasil. Nesse sentido, a escola possui um papel importante na construção de conhecimentos que ajudem os estudantes a compreender melhor a realidade dos povos originários.

Essa discussão também se aproxima das ideias de Maria Regina Celestino de Almeida (2011), que apresenta os indígenas como sujeitos que participaram ativamente da história

ISSN: 2358-8829

do Brasil. Durante muito tempo, a história desses povos foi apresentada de maneira limitada, principalmente relacionada ao período da colonização. Entretanto, é importante compreender que os indígenas não deixaram de existir após esse período e continuam construindo suas histórias, preservando suas culturas e participando da sociedade.

As reflexões desses autores dialogam diretamente com a experiência que deu origem a este projeto. Quando os estudantes afirmaram que não reconheciam como indígenas as pessoas que utilizavam celulares, carros ou moravam em casas de alvenaria, demonstraram uma compreensão limitada sobre a identidade indígena. As discussões realizadas e as visitas às aldeias possibilitaram questionar essas ideias e perceber que não existe um único modelo de ser indígena.

Assim, trabalhar com essas referências e com produções de autoria indígena permite ampliar as discussões em sala de aula, valorizar os próprios sujeitos na construção do conhecimento sobre suas histórias e culturas e contribuir para a desconstrução de preconceitos. Mais do que estudar os povos indígenas apenas como parte do passado, é necessário reconhecê-los como sujeitos históricos que continuam presentes e atuantes na sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência teve início com a identificação de uma concepção presente entre os estudantes: a ideia de que existiria um único modelo de indígena, reconhecido por determinadas características físicas, vestimentas, moradia ou práticas culturais. As falas iniciais demonstraram que elementos como casas de alvenaria, carros e celulares eram compreendidos como sinais de que aquelas pessoas já não poderiam ser consideradas indígenas.

A aula de campo possibilitou confrontar essas ideias com experiências concretas. Na Aldeia Jacaré de César, em Marcação-PB, os estudantes participaram de uma vivência do Toré e puderam compreender que essa manifestação não se limita a uma apresentação artística: trata-se de uma prática cultural e religiosa significativa. A conversa com o cacique favoreceu a escuta de conhecimentos e experiências compartilhados por um representante da própria comunidade.

ISSN: 2358-8829

A visita ao rio da aldeia e, posteriormente, às Aldeias do Forte e Alto do Tambá, na Baía da Traição-PB, ampliou o contato dos estudantes com diferentes espaços e dimensões da vida comunitária. A conversa com o Pajé Antônio permitiu abordar a religiosidade e sua importância para a comunidade. O relato sobre as aulas da língua originária também chamou a atenção dos alunos, evidenciando iniciativas de valorização e continuidade dos conhecimentos linguísticos.

Esses momentos contribuíram para que os estudantes percebessem que a identidade indígena não depende da reprodução de uma imagem congelada no tempo. A presença de tecnologias, roupas contemporâneas e diferentes formas de moradia não elimina a identidade de um povo. A experiência permitiu observar que tradição e contemporaneidade podem coexistir, e que cada comunidade possui suas próprias formas de preservar, atualizar e transmitir seus conhecimentos.

A reflexão de Daniel Munduruku ajuda a compreender o impacto dessas percepções. Ao questionar as imagens generalizantes atribuídas aos indígenas, o autor demonstra como os estereótipos podem limitar o reconhecimento de suas identidades. No contexto do projeto, o diálogo com sua produção escrita ofereceu aos estudantes uma oportunidade de refletir sobre quem produz as imagens que circulam socialmente e por que é importante ouvir as vozes dos próprios povos originários.

O encerramento ocorreu com a apresentação de trabalhos elaborados pelos estudantes na escola. Nessa etapa, os alunos compartilharam suas aprendizagens e suas novas compreensões acerca dos povos indígenas. As apresentações constituíram uma oportunidade de sistematizar o que foi discutido em sala e vivenciado nas comunidades, além de socializar com a comunidade escolar o questionamento dos estereótipos que haviam aparecido no início do projeto.

De modo geral, a experiência mostrou a relevância de práticas pedagógicas que ultrapassem abordagens pontuais ou restritas a imagens tradicionais dos livros didáticos. O contato respeitoso com as comunidades, a escuta de suas lideranças e a leitura de autores indígenas podem contribuir para um ensino de História que reconheça os povos originários como sujeitos históricos, com presença ativa no passado e no presente.

ISSN: 2358-8829

REGISTROS DA EXPERIÊNCIA



Figura 1 – Estudantes durante atividade de vivência do Toré.



Figura 2 – Grupo participante da aula de campo nas comunidades indígenas.

ISSN: 2358-8829



Figura 3 – Registro de representante indígena durante a visita.



Figura 4 – Momento de diálogo e compartilhamento de conhecimentos.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do projeto permitiu transformar questionamentos surgidos em sala de aula em uma oportunidade de aprendizagem e reflexão sobre a presença indígena na sociedade contemporânea. As falas iniciais dos estudantes evidenciaram a permanência de estereótipos que associam os povos originários a um passado distante e a um único padrão de comportamento, moradia, aparência e cultura.

As atividades realizadas, especialmente as visitas às aldeias Jacaré de César, do Forte e Alto do Tambá, possibilitaram aos estudantes conhecer experiências, práticas culturais e conhecimentos compartilhados por representantes indígenas. A vivência do Toré, o diálogo com o cacique e com o Pajé Antônio e o contato com informações sobre o ensino da língua originária contribuíram para ampliar a compreensão dos alunos sobre a diversidade e a continuidade das culturas indígenas.

O diálogo com o texto de Daniel Munduruku reforçou a importância de reconhecer os povos indígenas a partir de suas próprias vozes, histórias e identidades. A experiência demonstrou que os modos de vida se transformam e que a presença de elementos contemporâneos não retira dos povos originários seu pertencimento étnico e cultural. Ser indígena não significa estar preso a uma imagem do passado, mas fazer parte de uma história viva, que continua sendo construída no presente.

Concluímos que o ensino de História tem papel fundamental no enfrentamento de preconceitos e na construção de uma educação comprometida com o respeito à diversidade. Aproximar os estudantes das comunidades, promover a escuta e valorizar produções de autoria indígena são caminhos importantes para superar visões estereotipadas e reconhecer os povos originários como sujeitos históricos contemporâneos.

Palavras-chave: Indígenas, Estereótipos, Ensino de História.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MUNDURUKU, Daniel. **Tempo, tempo, tempo**. Coletiva – Educação e Diferenças, n. 1, 13 jun. 2018. Disponível em: https://www.coletiva.org/educacao-e-diferencas-e-n1-tempo-tempo-tempo-por-daniel-munduruku. Acesso em: 18 jun. 2026.

SILVA, Edson. **O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008**. Revista História Hoje, v. 1, n. 2, p. 213-223, 2013.